

O Irão de Ahmadinejad

Maria do Céu Pinto*

Professora Auxiliar com Agregação da Universidade do Minho

Resumo

O Presidente do Irão, Mahmoud Ahmadinejad, reflecte a segunda geração herdeira da Revolução Islâmica de 1979, que é, por natureza, conservadora e anti-ocidental. A sua base de apoio é um movimento que resulta da fusão entre conservadores-extremistas religiosos, grupos militares e para-militares (em particular os Guardas Revolucionários e os *basij*), que se propõem fazer cumprir os ideais da Revolução. Todos eles abraçaram visões socialmente conservadoras e internacionalmente conflituosas, tendo alguns apoiado actividades violentas no exterior. Na perspectiva externa, o estilo tem sido mais agressivo, o que tem agravado as tensões com Washington. Importa lembrar que o Irão é governado por instituições complexas, com vários centros de poder em competição, favorecendo a continuidade à mudança. Nenhum dos aspectos essenciais do comportamento passado mudou: o regime está longe do colapso, detém trunfos no que diz respeito quer ao Iraque, quer à proliferação nuclear. Além disso, apoia a actividade terrorista no estrangeiro. Consequentemente, qualquer possibilidade de mudança no seu comportamento só poderá resultar de um esforço sério e coordenado de integração do Irão.

Abstract

Ahmadinejad's Iran

The surprise election of Mahmoud Ahmadinejad has given its rise to pessimistic predictions about Iran's domestic and foreign policies and relations with the U.S. and the European Union. There are reasons for concern. Based on his rhetoric, past performance, and affiliations, Ahmadinejad signals a rightward turn and the Islamic Revolution's fervour. Ideologically, the best indicator of his views are the positions of his allies – the Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC), the basij militia and the Abadgaran movement. All of them have embraced socially conservative and internationally confrontational outlooks, and some of which have supported violent activity abroad. On the foreign front, the style has been more confrontational and has aggravated tensions with Washington. It is important to bear in mind that Iran is governed by complex institutions and competing power centres that inherently favour continuity over change. More importantly, none of the fundamentals of past behaviour has changed: the regime is not about to collapse; it holds pivotal cards on Iraq and nuclear proliferation; and it continues to support terrorist activities abroad. Thus, any chance of modifying its behaviour will come, if at all, through serious, coordinated efforts to engage it.

* Autora dos livros: *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz*, Coimbra, Almedina, 2007; *O Islão na Europa* (coord.), Lisboa, Prefácio, 2006; *“Infiéis na Terra do Islão”: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; *Islamist and Middle Eastern Terrorism: A Threat to Europe?*, Centro Militare di Studi Strategici (CeMISS)/Rubbettino, Roma, 2002; *Political Islam and the United States: A Study of U.S. Policy Towards the Islamist Movements in the Middle East*, Ithaca Press, Reading, 1999.

O Presidente do Irão, Mahmoud Ahmadinejad, eleito em Junho de 2005, corresponde à segunda geração herdeira da Revolução Islâmica de 1979, por natureza conservadora e anti-ocidental. O seu pensamento político radica-se na lógica de conflito e beligerância permanente com o mundo exterior, lógica esta fortemente enraizada na mensagem revolucionária do *Ayatollah* Khomeini. Como tal, Ahmadinejad tem as suas próprias credenciais “revolucionárias”: integrou os Guardas Revolucionários/*Pasdarán* logo após a Revolução e participou activamente na guerra Irão-Iraque.

Em termos doutrinários, o pensamento político de Ahmadinejad filia-se no ideário político-social de um movimento político denominado *Abadgaran*.¹ O *Abadgaran* foi criado em 2003, quando um grupo de ultra-ortodoxos islâmicos decidiu formar uma aliança para concorrer às eleições municipais de Teerão. O movimento resulta de uma fusão entre conservadores-extremistas religiosos, grupos militares e para-militares (em particular, os Guardas Revolucionários), que se propõem fazer cumprir os ideais da Revolução islâmica de 1978-79.² O presidente iraniano faz parte de uma linha conservadora, fiel aos princípios da Revolução, que é também nacionalista, xiita e anti-americana.³

Enquanto presidente da Câmara de Teerão, Ahmadinejad tentou contrariar os novos ventos reformistas promovidos pelo ex-presidente, Mohammed Khatami (1997-2005), por intermédio, designadamente, dos seus correligionários políticos que usavam da intimidação e violência física contra os que tinham um modo de vida considerado “ocidental” (por exemplo, o uso da maquilhagem e de certo tipo de vestuário).⁴

Não obstante a rigidez filosófica de Ahmadinejad, a sua base social de apoio é ampla.⁵ A sua rede de influência manifesta-se sobretudo nas mesquitas (os *mullahs*), na população pobre, nos *basij* (corpo paramilitar criado por Khomeini para organizar a resistência popular na guerra Irão-Iraque), e nos *Pasdarans* ou Guardas Revolucionários (um poderoso corpo militar paralelo às forças armadas regulares).

A vitória de Ahmadinejad nas presidenciais iranianas deve-se a inúmeros factores. Em primeira instância, o seu programa social ambicioso, baseado numa retórica populista:

1 International Crisis Group (ICG), “Iran: What Does Ahmadi-Nejad’s Victory Mean?”, *Middle East Briefing*, nº 18, Teerão/Bruxelas, 4 de Agosto de 2005.

2 ICG, *op. cit.*, p. 8.

3 *Id.*, p. 9.

4 John Simpson, “Iran’s New Leader: A Familiar Face”, *BBC News* (em http://news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/1/hi/world/middle_east/4626081.stm).

5 René Backmann, “O Irão já não tem medo da América”, *Visão*, 2 de Fevereiro de 2006, p. 58, 60.

distribuição de riqueza; mais justiça social; aumento dos subsídios sociais e do peso do Estado; luta contra a corrupção, privatizações e interesses instalados. Este discurso, aliado ao poder religioso dos *mullahs* e à mobilização do eleitorado por parte dos *basij* e dos *Pasdarans*, garantiu a Ahmadinejad a vitória eleitoral.

Em segundo lugar, Ahmadinejad é o representante dos *Pasdarans* e dos *basij*, a elite das elites dentro do sistema político iraniano, cujas ramificações se estendem ao Parlamento, aos Guardas Revolucionários, ao Conselho dos Guardiões, e ao próprio Líder/Guia Supremo, o *Ayatollah* Ali Khamenei.

Os dirigentes do movimento político *Abadgaran* desfrutaram de uma enorme complacência com os Guardas Revolucionários que, no sistema político iraniano, representam um Estado dentro do Estado, controlando numerosos aspectos da vida económica, social e política. Por sua vez, este corpo paramilitar goza da conivência do Líder Supremo, que deles depende para a manutenção do poder. Daí que os Guardas controlem sectores económicos importantíssimos (no comércio, telecomunicações, energia, obras públicas), inclusivamente actividades na economia informal (burla alfandegária, lavagem de dinheiro, tráfico de droga). Assim sendo, o tipo de interesses que os *Pasdarans* detêm, dá-lhes a possibilidade de condicionar o progresso económico e político do Irão.

Finalmente, Ahmadinejad conta com o apoio dos líderes religiosos e tribais,⁶ os quais, devido aos esquemas de corrupção, dominam as associações e fundações islâmicas de caridade e o comércio tradicional – o chamado *bazaar*.⁷

Em conclusão, o Presidente Ahmadinejad está envolvido nas redes conservadoras e poderosas do regime iraniano, cujos arquitectos são o Líder/Guia Supremo, o Conselho dos Guardiões e os Guardas Revolucionários.

Para compreender a ascensão da figura política de Ahmadinejad é preciso ter em conta que o sistema político iraniano gravita em torno de dois grandes universos: os

6 No sistema político iraniano, os chefes políticos têm sido simultaneamente líderes religiosos (à excepção de Ahmadinejad).

7 Esta classe engloba não só os pequenos comerciantes (situados no espaço físico do *bazaar*), bem como o sector do comércio de retalho, a manufactura de pequena escala ou artesanal e o sector bancário tradicional. É de certa forma, a pequena burguesia, embora, na realidade muitos dos elementos daquele meio sejam grandes comerciantes e bancários. Caracterizam-se pela existência de um certo espírito corporativo que deriva da multiplicidade das suas interações, da partilha dos mesmos espaços, de vivência de uma cultura tradicional comum (referenciada no Islão) e pela resistência à penetração de influências externas. Efectivamente, a modernização das estruturas económicas (no sector bancário e de comércio), reduziu o seu papel. V. Maria do Céu Pinto, *Islão, fundamentalismo e Revolução Iraniana*, tese de mestrado, ISCSP: *Estratégia*, vol. IX, 1997.

corpos políticos eleitos - Presidência e Parlamento Iraniano - e os corpos políticos não-eleitos - Líder Supremo e o Conselho dos Guardiões.

A respeito dos corpos políticos eleitos, a Presidência e Parlamento iranianos cumprem, respectivamente, as funções de governar⁸ e de legislar.⁹ Todavia, de acordo com a Constituição Iraniana, o Presidente é responsável perante o Guia Supremo, que tem o poder de o demitir.¹⁰ Por outro lado, não controla as Forças Armadas,¹¹ e desse modo é-lhe negado o poder de fazer a guerra e a paz.¹² Esta competência é exclusiva do Líder Supremo que, através do comando supremo das Forças Armadas Revolucionárias, domina o cenário diplomático e militar.

Por sua vez, embora o Parlamento produza legislação,¹³ esta tem de passar pelo filtro do Conselho dos Guardiões, a fim de apreciar a sua constitucionalidade.¹⁴

No que respeita aos órgãos não-eleitos, o Guia Supremo e o Conselho dos Guardiões são os mais relevantes. O Líder Supremo para além de ser o Comandante Supremo das Forças Armadas, constitui, igualmente, o mais alto magistrado da Nação¹⁵ (responsável pela investidura e demissão dos altos magistrados) e nomeia seis dos doze membros do Conselho dos Guardiões. Por intermédio deste órgão, o Guia Supremo controla toda a actividade legislativa parlamentar,¹⁶ velando assim pela rigidez doutrinária da ortodoxia islâmica revolucionária.

O Conselho dos Guardiões, para além de julgar a constitucionalidade das leis aprovadas pela Assembleia, determina quais os candidatos aptos a concorrerem à Presidência e ao Parlamento. Dessa forma, todos os candidatos à Presidência do Irão têm que seguir escrupulosamente os preceitos deste órgão, sob pena de exclusão do processo electivo.

Desta análise é patente que o poder último é o poder religioso, localizado no Líder Supremo. Ahmadinejad não dispõe, assim, de autoridade suficiente para decidir sobre as grandes linhas de orientação nacionais, dado que o próprio sistema constitucional

8 Artigos 113.º e 134.º da Constituição da República Islâmica do Irão - CRI (em <http://www.salamiran.org/IranInfo/State/Constitution/>).

9 Artigo 71.º da CRI.

10 Artigo 110.º (nº 10) da CRI.

11 Artigo 110.º, (nº 4) da CRI.

12 *Id.*, alínea 5.

13 Artigo 71.º da CRI.

14 Artigo 94.º da CRI.

15 Artigo 110.º da CRI.

16 Artigo 111.º da CRI.

iraniano o remete para segundo plano. A base de poder de Ahmadinejad é mesmo mais frágil do que a de Khatami, o seu antecessor reformista. Aliás, caso o Presidente Ahmadinejad insista nas suas reformas políticas e sociais, como a redistribuição da riqueza ou a batalha contra a corrupção, corre o risco de fragilizar o seu poder. Ou seja, qualquer tentativa de controlar ou alterar o sistema económico e social vigente poderá pô-lo em confronto com as estruturas de poder iraniano, as quais não estão dispostos a aceitar reformas que ponham em causa a sua base de poder.

Para além das estruturas formais de poder, o facto de subsistir no Irão uma economia informal, em que estão envolvidas as instâncias máximas do poder, alimenta a pluralidade de centros decisores na República Islâmica. O que está em causa na luta entre as facções não é a sobrevivência ou a extinção da Revolução Islâmica, mas a divisão dos despojos do poder. A economia formal vale 500 mil milhões de dólares, mas existe uma economia informal, grande parte da qual é encorajada pelo sistema político e gerida pelas fundações religiosas (*bonyads*) e outras redes que ligam o *bazaar* com diferentes partes da estrutura do poder. Apesar dos efeitos negativos da Revolução, da guerra com o Iraque e das sanções impostas por Washington, o Irão conheceu um desenvolvimento económico rápido nestes últimos anos, impulsionado pelo petróleo, construção e especulação. Os principais beneficiários foram os ramos em competição da elite política e económica ligada aos *mullahs*. Estas facções usaram a riqueza e influência para se envolverem em actividades especulativas no mercado de acções e imobiliário e para reforçar o seu poder político, expandindo as suas redes de clientelismo.¹⁷

Ou seja, a própria elite política iraniana depende de um conjunto de instâncias que dão vigor ao seu poder. No caso de Ahmadinejad, a sua base de apoio funda-se, quer nos Guardas Revolucionários, quer no conjunto de agentes sociais e económicos (como as fundações religiosas e o *bazaar*), que, de modo não formal, comandam a ineficiente mas organizada teia de poder. Consequentemente, o Presidente Ahmadinejad encontra-se no cerne de diversos pólos de poder, ora colaboradores, ora em competição para a obtenção do poder.

1. Ahmadinejad e o Contexto Nacional

O Irão passa actualmente por uma situação de crise económica resultante, em larga medida, das sequelas da guerra Irão-Iraque, do embargo económico imposto pelos EUA,

¹⁷ Tom Porteous, "Reading Iran", *Prospect*, n.º 118, Janeiro de 2006, p. 6.

pelas distorções do próprio mercado e pela incapacidade do Estado reformar a própria economia.

A sua população, esmagadoramente jovem, educada e desempregada é favorável às reformas políticas e sociais e aspira a usufruir do modelo de vida ocidental e das suas liberdades. Apesar do seu aparente imobilismo, rigidez e da repressão dominante, a sociedade iraniana é uma sociedade marcada por grande debate interno, confronto e vivacidade de ideias. Pode-se mesmo dizer que possui um sistema político “competitivo”,¹⁸ que ultrapassa a “cúpula” governativa formal e as estruturas clandestinas de poder que dominam o Irão. Este país tem, além disso, uma das opiniões públicas mais esclarecidas e contestatárias do Médio Oriente.¹⁹

A crise económica e social combina-se actualmente com uma situação de estabilidade política de natureza conservadora, baseada nos valores religiosos da República Islâmica e das instâncias que a controlam: no presente cenário, é assim de afastar a possibilidade de uma reviravolta revolucionária com que os Americanos há tanto tempo sonham.²⁰

Apesar do princípio da representatividade política estar garantido no Irão, através de eleições livres para a Presidência e para o Parlamento, os órgãos eleitos não têm efectivamente poder real para encetar reformas de fundo do sistema político.

Dada a ausência de um espaço político verdadeiramente aberto, o campo de batalha das diferentes concepções políticas tem precisamente lugar nos órgãos políticos não-eleitos, designadamente no seio do próprio Conselho dos Guardiães. Neste círculo, duas posições estão em confronto: os conservadores pragmáticos (liderados por Hashemi Rafsanjani) e os conservadores ortodoxos radicais (liderados por Khamenei). Os conservadores pragmáticos defendem o modelo islâmico puro (não questionam de todo a estrutura teológica do poder), embora flexível (no plano económico, uma maior abertura e, no plano exterior, a necessidade de encontrar um *modus vivendi* pragmático com o Ocidente, principalmente com os EUA).

Os conservadores ortodoxos diferem dos anteriores em relação à abertura económica dos monopólios estatais aos mercados internacionais e em relação a uma plataforma de

18 Zbigniew Brzezinski, Robert M. Gates e Suzanne Maloney, *Iran: Time for a New Approach*, NY, Council on Foreign Relations, 2004, 0.p. 13.

19 De acordo com CFR, cerca de 70% da população iraniana é jovem, altamente educada e favorável à expansão dos direitos económicos, sociais, políticos e culturais: Brzezinski et al., *op. cit.*, p. 14.

20 Brzezinski et al., *op. cit.*, p. 13.

compromisso político com o Ocidente,²¹ em geral, e com os EUA, em particular. Neste momento, são os conservadores que dominam o aparelho de Estado e mantêm um apertado controlo sobre o mesmo.²²

A ascensão de Ahmadinejad é significativa na medida em que consolida a posição ultra-ortodoxa no aparelho de poder iraniano. Ela significa, por um lado, a derrota das tentativas reformistas de Khatami, desacreditado ao fim de dois mandatos porque se mostrou impotente para impor o seu plano de reformas e dismantlar um sistema “armadilhado”, construído para servir uma rede clientelar e oligárquica. Por outro lado, a vitória de Ahmadinejad fez recuar as hostes pragmáticas lideradas por Rafsanjani – o candidato que era dado como favorito para as presidenciais. Isto é, a eleição do populista ortodoxo deu novo vigor e contribuiu para a consolidação dos “ultras” do regime, que desta forma ocultam o seu fracasso em termos económicas, políticos e internacionais. Assim, o populismo de Ahmadinejad é o ardid perfeito para o adiamento das reformas políticas e sociais de que o Irão necessita.

2. Ahmadinejad e a Política Externa Iraniana

Quando abordamos a política externa iraniana há que ter também aqui em conta a diversidade de pólos decisores em matéria de relações externas. A política estrangeira iraniana é dominada por dinâmicas de rivalidade interna, o que conduz frequentemente a posições contrapostas no seio dos diversos organismos oficiais. Conforme registamos anteriormente, a existência de dois grandes grupos conflituosos em matéria de política externa (conservadores ortodoxos *vs.* renovadores) gera necessariamente uma resposta que oscila em grau entre o antagonismo e a acomodação ao *status quo*.²³ A política externa iraniana não depende unicamente de um centro de poder (como o MNE), mas de uma rede complexa de vários centros de poder e gravita entre os dois extremos.

Contudo, mesmo a ala dura do regime (“khamenistas”) optaram por uma linha de acomodação, devido a considerações económicas, que se expressam na melhoria de relações diplomáticas com os diferentes vizinhos (Cáucaso, monarquias do Golfo, Iraque,

21 Como refere o Artigo 3º (nº 5) da Constituição Iraniana, “ o governo da Republica Islâmica tem o dever de utilizar todos os meios ao seu alcance para eliminar completamente o *imperialismo e a influência estrangeira*” (sublinhado nosso).

22 Brzezinski et al., *op. cit.*, p. 15.

23 *Id.*, p. 17.

Afeganistão), e com a União Europeia. Quer Israel, quer os EUA permanecem os arqui-inimigos do regime iraniano.²⁴

Com a vitória de Ahmadinejad e o assalto definitivo ao poder pelas hostes revolucionárias do regime (*Pasdaran* e os *basij*), o pragmatismo de Rafsanjani foi posto de lado em favor de uma ideologia reaccionária em que o Ocidente e o Islão são vistos como irreconciliáveis.²⁵ Neste contexto, segundo a linha oficial, Israel e os EUA representam a “opressão ocidental” contra os Muçulmanos, e como tal deverão ser activamente combatidos. Para o Ocidente, em geral, e para a Europa, em particular, a eleição de Ahmadinejad representa o predomínio de uma linha dura, com consequências para o processo de paz do Médio Oriente e para a melhoria das relações entre o Ocidente e o Irão.

Ahmadinejad tem pautado a sua acção externa por uma postura hostil e agressiva, como faz prova o programa nuclear e o apoio a organizações militantes islâmicas, nomeadamente o Hezbollah. Ahmadinejad reforçou a política anti-ocidental do Líder Supremo.²⁶ Logo, a normalização das relações entre o Irão e o Ocidente – que Khatami esboçou cautelosamente, sem forçar demasiado – não constitui uma prioridade do seu governo.

Na actual agenda da política externa iraniana, destaca-se a procura de novos parceiros e aliados para contrapor às pressões do bloco ocidental. Neste capítulo, a Índia e a China (e até certo grau a Rússia) ocupam um lugar de destaque no equilíbrio de forças entre o Irão e o Ocidente. Eles desempenham um papel dissuasor de supostos intentos agressivos “ocidentais/sionistas”: efectivamente, no Conselho de Segurança eles constituem um obstáculo à imposição de sanções ou a qualquer acção armada contra Teerão.

Segundo Farhad Khosrokhavar,²⁷ nenhum país está em condição de fazer imposições ao Irão. Na actual conjuntura, esta potência surge como líder regional incontestado no Médio Oriente. A sua importância não permite atitudes imponderadas por parte da comunidade internacional, que depende desta para a continuação dos fornecimentos de petróleo a custos acessíveis e para a resolução do imbróglho iraquiano.

A vizinhança do Irão também lhe dá razão para estar mais descansado e confiante: o Iraque e o Afeganistão *taliban* já não representam uma ameaça; a Rússia depende de muitos contratos lucrativos com Teerão e da não intervenção iraniana na vizinha

24 *Id.*, p. 18.

25 Backmann, *op. cit.*, p. 58.

26 ICG, *op. cit.*, p. 11.

27 Backmann, *op. cit.*, p. 58.

Chechénia; a China não pode perder um dos seus principais fornecedores de petróleo e de gás natural. Os EUA estão demasiado absorvidos na questão iraquiana, cujo progresso pode ser influenciado por Teerão.

Em suma, Teerão sente-se forte do ponto de vista estratégico e desdramatiza qualquer cenário de intervenção militar, pois o mundo ocidental depende da sua boa vontade para o desempenho eficiente dos mercados energéticos mundiais e do processo de paz no Médio Oriente.

3. A Questão Nuclear

Ahmadinejad tem vindo a escalar a crise nuclear que data de 2003 e que subiu para um novo patamar em Janeiro de 2006 quando o regime decidiu retomar a actividade no centro de pesquisa nuclear de Natanz e em duas instalações de apoio. Ahmadinejad deixou bem claro que o Irão não vai abdicar do seu programa nuclear. A Agência obteve do Irão, durante dois anos, a suspensão voluntária do programa de enriquecimento de urânio e um controlo das actividades nucleares. Tal aconteceu desde que, em Fevereiro de 2003, a Agência começou a investigar as informações de um grupo dissidente iraniano, Mujahedin Khalq, que denunciou as actividades clandestinas de enriquecimento de urânio.

Na origem da actual crise, está a posição de Teerão de defender que não existem restrições à pesquisa nuclear no âmbito do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP): “O Irão não se comprometeu a não realizar experiências. É nosso direito inalienável possuir a tecnologia nuclear.” O Irão escuda-se no artigo IV do TNP que, diz, dá aos signatários “o direito inalienável de desenvolver a investigação, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos” e adquirir tecnologia para este efeito a outros signatários. O Irão está a fazer progressos rápidos no desenvolvimento do ciclo de combustível nuclear. O Irão tornou-se assim o décimo país no mundo a fazê-lo, além dos cinco membros do clube nuclear e de Israel, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Brasil.

Os Iranianos dizem querer proceder ao enriquecimento de urânio em pequenas quantidades para fins de investigação. A União Europeia (UE) e os EUA têm um entendimento diametralmente oposto e não vêem qualquer diferença no enriquecimento de urânio em pequena ou larga escala, pois a questão relevante é o domínio da tecnologia do processamento - a partir daí, pode ser empregue para fins civis ou militares. Os países ocidentais argumentam ainda que não é possível confiar no regime

de Teerão devido ao facto de este ter ocultado parte do seu programa nuclear desde que o desencadeou em meados dos anos 80, numa altura em que estava envolvido na guerra com o Iraque.

O programa nuclear foi retomado em 1997 pelo reformista Mohammed Khatami, tido como um liberal. O domínio da tecnologia nuclear é uma causa popular, defendida por mais de dois terços da opinião pública iraniana e pelas elites, independentemente da sua posição no espectro político, porque reforça o orgulho nacional.²⁸

O Irão pretende dotar-se da arma não para a usar: não é provável que o Irão desencadeie uma guerra nuclear no Médio Oriente atacando o seu arqui-inimigo, que é também a única potência nuclear da zona - Israel. A arma nuclear confere ao Estado que a possui poder, influência, "status", poder de negociação e de chantagear. O problema é que a bomba vai exacerbar a instabilidade no Médio Oriente e intensificar a corrida armamentista em curso. Os líderes iranianos querem a bomba para evitar que os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha façam no Irão o que fizeram no Iraque em 2003: a bomba teria efeitos dissuasores em relação a possíveis ataques. As armas nucleares são entendidas como substituto das armas convencionais ou como meio de neutralizar as vantagens dos Estados hostis. Anthony Cordesman, um especialista diz que a "... proliferação de armas de destruição maciça oferece aos Estados que dominam uma das corridas armamentistas uma forma de continuar a procurar a superioridade, ao mesmo tempo que oferece aos Estados mais pobres ou 'desafiadores' uma forma mais económica de tentar igualar a balança militar. Em muitos aspectos, a aquisição de armas de destruição maciça é simplesmente uma extensão lógica da corrida ao armamento convencional, por outros meios".²⁹

O regime iraniano tem outros objectivos estratégicos. Ele acredita que uma bomba altera a balança de poder no Médio Oriente. Israel deixará de ser o único Estado da região a possuir a arma dissuasora por excelência. E os estrategas iranianos esperam usar a ameaça da bomba para aumentar a sua influência na região e para reforçar o seu patrocínio à frente anti-israelita e anti-ocidental nos Estados do Golfo Pérsico. Os grupos terroristas e insurreccionistas apoiados por Teerão têm em curso, desde a implantação do regime fundamentalista, uma *jihad* que vai de Buenos Aires a Beirut. Em todos estes anos, e apesar da presidência do moderado Khatami, o Irão não desistiu dos seus

28 Mail de Hossein Derakhshan para a rede Gulf2000, 12 de Abril de 2006.

29 Anthony H. Cordesman, *Weapons of Mass Destruction in the Middle East*, Brassey's para RUSI, London, 1991, pp. 16-7.

propósitos de exportar a revolução e de reforçar a influência do Xiismo. Possuir um escudo nuclear vai-lhe permitir proteger e encorajar as actividades desestabilizantes daqueles grupos. Os grupos anti-israelitas, como o Hezbollah, Hamas e a Jihad Islâmica, usam o território libanês e palestino para lançar as suas actividades terroristas contra Israel. Aparte isso, Teerão ambiciona incitar a rebelião entre os Xiitas que residem na Arábia Saudita e noutros Estados do Golfo. São comunidades marginalizadas e descontentes que vivem no epicentro do mundo sunita e que o Irão ambiciona agitar para os seus interesses próprios.

A comunidade internacional tenta mostrar uma frente comum em relação à ameaça iraniana, apesar das divisões e desentendimentos quanto à resposta a dar ao Irão. Os países da *troika* empenhados nas negociações (Alemanha, França e Reino Unido) têm vindo a endurecer a sua postura à medida que o Irão vai subindo a parada. Este endurecimento tem o seu lado negativo para estes países da UE para quem o relacionamento comercial com o Irão é um grande aliciante. Em troca da cooperação iraniana, a UE tinha oferecido ao Irão apoiar o seu pedido de adesão à Organização Mundial de Comércio, vender seis *Airbuses* civis e concluir um tratado de comércio e cooperação bilateral. Mas algumas destas promessas dependiam da boa-vontade americana e, portanto, podiam revelar-se inviáveis.

O ponto de viragem nas negociações aconteceu no Verão de 2005, quando as negociações da *troika* chegaram a um beco sem saída. Nos últimos meses, houve mudanças no Irão que os Europeus não souberam reconhecer. A eleição de Ahmadinejad contribuiu para o impasse negocial. A sua retórica populista e fundamentalista e o facto de ele ter mudado a equipa negocial vieram dificultar o diálogo.

Na condução das negociações, os Iranianos têm bem presente o caso similar da Coreia do Norte que desenvolveu armas nucleares ao arrepio do TNP, posteriormente decidiu retirar-se do tratado e conseguiu sair impune tendo, além disso, obtido chorudas compensações por parte de Washington e de Tóquio. Aliás, os Iranianos fazem a comparação com a Coreia do Norte e pensam porque é que não podem obter as mesmas recompensas pela sua cooperação.³⁰

O presidente iraniano critica a posição do Ocidente que acusa de ter dois pesos e duas medidas: pretende privar o Irão de tecnologia nuclear, mas permite que Israel mantenha um arsenal nuclear que, aliás, nunca declarou oficialmente.

30 Maria João Guimarães, "O risco na crise com o Irão é que o «bluff» leve à opção militar", *Pública*, nº 504, 22 de Janeiro de 2006, p. 9.

Os países que condenam de forma mais veemente as actividades nucleares de Teerão são os EUA e Israel. Nos EUA, muitos sectores têm vindo a defender o recurso ao instrumento militar para bloquear o Irão. Segundo Washington, a ameaça resulta da política iraniana de apoio aos activistas e a grupos anti-Israel, aos rebeldes do Iraque e à eventual aquisição de um arsenal nuclear: “Podemos não enfrentar um desafio maior vindo de um só país do que o do Irão, cujas políticas são destinadas a criar um Médio Oriente que será 180 graus diferente daquele Médio Oriente que nós gostaríamos de ver criado.”³¹

Os Israelitas exortaram a comunidade internacional a impor sanções ao Irão e chamaram a atenção para a natureza do regime iraniano: uma combinação entre uma ideologia fanática e a posse de armamento nuclear. Segundo responsáveis israelitas, Israel não permitirá que o Irão se dote da arma nuclear. A opinião de Tel Aviv tem influído no endurecimento da posição americana face a Teerão.

A China considera que um recurso ao CS pode “complicar as coisas” e endurecer as posições de algumas das partes. Como exemplo, referiu a deliberação de Teerão de interromper as inspecções da AEIA às suas instalações nucleares. A Índia e a China desempenham um papel decisivo na evolução da crise. Têm fortes laços com o Irão, mas querem a estabilidade na região e do sistema internacional. Moscovo não quer um Irão atómico à sua porta, nem uma corrida à bomba no Médio Oriente. A China e a Índia precisam do petróleo iraniano, mas também têm tudo a perder com uma catástrofe na região, que ameaçaria o seu abastecimento energético. Com o passar do tempo e as evidentes manobras dilatórias do Irão, a China tem demonstrado menos paciência com Teerão.

Seguramente que Ahmadinejad age racionalmente. A sua subida ao poder significa a marginalização (pelo menos temporária) dos reformistas. Com a marginalização dos reformistas, no regime está em curso uma luta entre conservadores pragmáticos e radicais milenaristas. A escalada do conflito regional pode contribuir para fortalecer a sua posição doméstica, sobretudo porque Ahmadinejad teve uma vitória eleitoral inesperada. Além disso, o presidente iraniano calcula que os ocidentais recuarão perante sanções económicas que fariam subir a níveis insuportáveis o preço do petróleo (que em 2006, devido à procura crescente da China, Índia e ... dos próprios Estados Unidos, sofreu um aumento de mais de 50%).³² Washington está também numa posição difícil:

31 Francisca Gorjão Fernandes, “Rice diz que Irão é «o maior desafio» dos Estados Unidos”, *Público*, 10 de Março de 2006, p. 20.

32 Artigo de James Fallows, “The Nuclear Power Beside Iraq”, *Atlantic Monthly*, Maio de 2006, divulgado na rede Gulf2000, 12 de Abril de 2006.

está envolvido no conflito iraquiano, do qual se quer retirar, e sabe que o Irão pode desempenhar um papel importante na estabilização do país. A intervenção militar não está, contudo, afastada.

4. O Irão e o Envolvimento em Actividades Terroristas

Uma ambição duradoura de Teerão, constante nestes 26 anos desde a fundação da República Islâmica do Irão, é a destruição do Estado de Israel e a sabotagem do processo de paz do Médio Oriente. Não obstante o período de abertura ao exterior inaugurado por Khatami, a questão da Palestina sempre foi uma “pedra no sapato” do regime de Teerão. Daí o sentimento geral de ódio e repulsa profunda em relação ao regime “sionista” de Tel Aviv, símbolo da opressão do mundo ocidental sobre os Muçulmanos. Por conseguinte, toda a acção é legítima para libertar os “irmãos Muçulmanos” do jugo ocidental.

Conforme expressa a Constituição Iraniana, o governo “enquadrará a política externa do país com base nos preceitos do Islão, assegura o apoio fraternal a todos os Muçulmanos e apoio ilimitado a todos os oprimidos do mundo”,³³ “salvaguardará os crentes da dominação dos não crentes”³⁴ e o “combate contra os opressores em defesa dos oprimidos”.³⁵

Ora, partindo do pressuposto ideológico da luta permanente contra os “infiéis”, o Irão encontra nos grupos terroristas um instrumento de luta contra a hegemonia ocidental-sionista. Desse modo, o Irão é um dos Estados que mais activamente promove actividades terroristas/subversivas à escala internacional.

O envolvimento do Irão em actividades terroristas tem sido uma constante desde o estabelecimento do regime teocrático em Teerão. Desde 1987, que foram assassinados na Europa mais de uma dezena de dissidentes, incluindo o assassinato em França, em Agosto de 1991, do ex-primeiro ministro Shapour Bakhtiar. Esta campanha de eliminação de membros da oposição registou um aumento de intensidade a partir de meados dos anos 90. O caso mais conhecido que viria a expor o envolvimento das figuras de topo do regime iraniano, foi o assassinato em Berlim, em Setembro de 1992, de quatro líderes da oposição curda. O episódio, conhecido como “caso Mykonos” (do nome do restaurante onde o atentado teve lugar), viria a ser investigado pela justiça alemã que concluiu,

33 Artigo 3.º (nº 16) da CRI.

34 CRI, artigo 153.º

35 CRI, artigo 154.º

em 1997, com um veredicto que acusava o aparelho de Estado iraniano de seguir uma política deliberada de liquidação dos seus opositores. O grupo encarregado pelo planeamento e execução destes actos foram os Guardas Revolucionários. O principal mentor foi o *Sheikh* Ali Fallahian, ministro responsável pelos serviços secretos e de segurança. Este comité secreto incluía ainda a autoridade suprema do país, Ali Khamenei.

O Irão tem também dirigido as suas actividades terroristas contra regimes árabes pró-ocidentais da zona de forma a minar a influência ocidental/secular e de exportar a revolução iraniana. A Turquia, a Jordânia, o Bahrein têm sido os países mais visados pelo Irão que apoia grupos locais envolvidos em actividades subversivas. Washington tem fortes suspeitas de que o Irão apoiou os operacionais sauditas que, em Junho de 1996, fizeram explodir um camião armadilhado em Dhahran, na Arábia Saudita. O atentado atingiu um complexo residencial de tropas americanas provocando 19 vítimas. Os suspeitos terão recebido instruções de Teerão e utilizado passaportes iranianos emitidos pela embaixada iraniana na Síria.

Uma das práticas institucionalizadas da República Islâmica é o apoio reiterado a grupos extremistas que lutam contra o Estado de Israel. O Hezbollah constitui o principal dos grupos auxiliados por Teerão. Nas palavras do ex-Presidente Khatami, o Hezbollah “tem o dever sagrado de defender os Palestinos contra Israel”.³⁶

O governo de Teerão é generoso com os grupos oposicionistas na Palestina, fornecendo-lhes treino, informação, armamento e financiamento. Os grupos militantes palestinos são entendidos enquanto instrumento da solidariedade muçulmana contra a presença dos “infieis” em território sagrado do Islão. Ao longo dos últimos 15 anos, as relações de Teerão com os grupos militantes islâmicos têm-se intensificado devido à intenção partilhada de impedir uma solução negociada com Israel. Grande parte do financiamento de grupos como a Frente Popular de Libertação da Palestina, o Hamas, a Jihad Islâmica da Palestina e as Brigadas dos Mártires de al-Aqsa provém dos cofres iranianos.

O Rei Abdullah II da Jordânia, num encontro de alto nível, em 2002, com o Presidente dos EUA denunciou o Irão como principal apoiante do Hezbollah, o qual conduziu uma série de ataques de *rockets* contra alvos israelitas a partir da Jordânia. Ao actuar desta forma, o Irão pretendia abrir uma nova frente de guerra contra Israel.³⁷

36 Brzezinski et al., *op. cit.*, p. 30.

37 Matthew A. Levitt, “Iranian State Sponsorship of Terror: Threatening U. S. Security, Global Stability and Regional Peace”, Joint hearing of the Committee on International Relations, Subcommittee on the Middle East and Central Asia and the Subcommittee on International Terrorism and Nonproliferation, U.S. House of Representatives, 16 de Fevereiro de 2005, p. 12.

Não obstante a aceitação formal da solução de “dois Estados” na Palestina desde 2002, o apoio contínuo do Irão aos movimentos radicais palestinos demonstra a vontade de torpedear o processo de paz no Médio Oriente,³⁸ e dessa forma tornar insustentável a presença do Estado de Israel no mapa político árabe.³⁹

Um relatório da Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA, denuncia o apoio iraniano aos movimentos terroristas. O mesmo estudo revela o patrocínio iraniano do Hezbollah, designadamente nas operações suicidas em Beirute contra tropas francesas e americanas (1983 e 1984), na Arábia Saudita (1996), contra a Embaixada de Israel na Argentina (1992) e contra o Centro Judaico de Buenos Aires (1994).⁴⁰

Os serviços de informação norte-americanos acreditam que a capacidade de mobilização internacional do Hezbollah, equivalente ou mesmo superior à al-Qaeda, deve-se, em grande parte, à relação íntima do movimento com os serviços de informação iranianos. De acordo com os serviços de informação canadianos, o Irão transfere anualmente valores compreendidos entre os três a dezoito milhões de dólares para o Hezbollah.⁴¹

Para além de receptor directo de ajuda iraniana, o Hezbollah serve de ponto de ligação entre o Irão e os grupos radicais palestinos (principalmente, a Jihad Islâmica e o Hamas). Com base num relatório palestino confiscado pelas autoridades israelitas, o Irão transferiu 400 mil dólares directamente às brigadas Izz ad-Din al-Qassam do Hamas (montante que variava de acordo com o número de ataques contra Israel), e 700 mil dólares para as organizações islâmicas que se opõem à Autoridade Palestiniana, dominada até recentemente pela Fatah.⁴²

Por outro lado, os dirigentes dos movimentos radicais islâmicos mantêm contactos a alto nível com as autoridades iranianas. Segundo o mesmo relatório, em Maio de 2000, realizou-se uma reunião entre o embaixador iraniano em Damasco com os representantes do Hamas, Jihad Islâmica e do Hezbollah, e um encontro de alto nível entre o Líder Supremo, o *Ayatollah* Ali Khamenei e o líder da Jihad Islâmica, Ramadan Shallah.⁴³ Tal

38 *Id.*, p. 9.

39 Brzezinski et al., *op. cit.*, p. 31.

40 Levitt, *op. cit.*, p. 2.

41 *Ibid.*

42 “Iran as a State Sponsoring and Operating Terror”, Special Information Bulletin, Intelligence and Terrorism Information Center at the Center for Special Studies, Israel, Abril de 2003 (em <http://www.intelligence.org.il/eng/iran.htm>).

43 *Id.*; Levitt, *op. cit.*, pp. 4-5; “Iran and Syria as Strategic Support for Palestinian Terrorism”, Israel Defense Forces, Setembro de 2002 (em <http://www.intelligence.org.il/eng/>).

é sintomático do empenho do Irão em sabotar o “Roteiro para a Paz” e reverter as condições propícias ao entendimento israelo-palestiniano. Durante a sua visita à Síria em Janeiro de 2006, Ahmadinejad reuniu-se com os dirigentes de 10 grupos radicais palestinianos. No dia anterior, tinha ocorrido um atentado-suicida em Telavive que provocou cerca de 30 feridos. O atentado foi perpetrado por um jovem de 22 anos oriundo do campo de refugiados de Nablus, na Cisjordânia. De acordo com o Ministro israelita da Defesa, Shaul Mofaz, “o atentado foi financiado por Teerão, planeado na Síria e perpetrado por palestinianos”. Ahmadinejad elogiou a “resistência palestiniana como a única forma de recuperar os direitos legítimos”. Ahmadinejad manifestou um “forte apoio à justa luta do povo palestiniano” e encorajou o “prosseguimento da luta e da resistência palestiniana” contra Israel. Na reunião, estiveram presentes os chefes da Jihad Islâmica, Abdallah Shallah, do Hamas, Khaled Mechaal, e da Frente Popular para a Libertação da Palestina Comando Geral, Ahmed Jibril.⁴⁴

Teerão usa os seus próprios canais diplomáticos, quer para garantir uma passagem segura dos seus agentes secretos (do MOIS, Ministério de Intelligence e da Segurança), quer para coordenar futuras acções terroristas com os grupos militantes islâmicos.⁴⁵

Para além do financiamento directo dos movimentos radicais islâmicos, o Irão dá treino a terroristas, quer no seu território, quer no Vale de Bekaa, no Líbano. A título de exemplo, os terroristas que atentaram contra as Torres Khobar (Arábia Saudita) em 1996 foram recrutados na Síria e treinados pelo Hezbollah nos campos de que dispõem ao longo da fronteira Irão-Líbano. O vale de Bekaa é uma mega-estrutura de apoio terrorista, por onde passam os candidatos a atentados terroristas do Hezbollah, Hamas, Jihad Islâmica e da Brigada dos Mártires de al-Aqsa.⁴⁶

O Irão também transfere armamento sofisticado para o Hezbollah, desde armas ligeiras a *rockets*, adquiridos na Síria e transportados depois para os campos de treino no Líbano. A interceptação do navio *Karine A* em 2002 veio implicar directamente o Irão enquanto financiador da campanha terrorista contra Israel. A carga contida no *Karine A* (desde *rockets* Katyuska, mísseis anti-tanque, morteiros, minas e armas ligeiras) poderia ter alterado a relação de forças entre os grupos militantes palestinianos e as forças armadas israelitas.⁴⁷

44 Pedro Caldeira Rodrigues, “Líder do Irão reúne-se com grupos palestinianos radicais”, *Público*, 21 de Janeiro de 2006, p. 11.

45 Levitt, *op. cit.*, p. 10.

46 *Id.*, p. 6.

47 Nora Boustany, “Yugoslavia’s Search for Truth”, *Washington Post*, 13 de Fevereiro de 2002 e Levitt, *op. cit.*, p. 7.

Além disso, segundo a *intelligence* alemã, dois operacionais da secreta iraniana e dois operacionais do Hezbollah foram responsáveis pelo assassinio dos quatro líderes do Partido Democrático do Curdistão Iraquiano em Berlim, em 1992.⁴⁸ Ou seja, existe uma coordenação de acções terroristas entre os quadros da secreta iraniana e o movimento radical Hezbollah.

Além do patrocínio directo das organizações terroristas, Teerão utiliza toda a sua rede assistencial e caritativa para o recrutamento de potenciais terroristas (por exemplo, o Comité Iraniano de Apoio às Vitimas da Intifada).⁴⁹ O aliciamento realiza-se por meio da prestação de serviços gratuitos, como cuidados de saúde, educação (corânica) e viagens. Segundo fontes israelitas, elementos da própria Fatah, o braço armado da OLP, receberam treino no Irão. Teerão também financia os serviços sociais do Hamas na Palestina.⁵⁰ Efectivamente o Irão envia importantes quantias financeiras para o sistema social do Hamas, que por seu turno controla a rede sanitária, educacional e laboral dos palestinianos residentes nos territórios ocupados (Faixa de Gaza e Cisjordânia). Ou seja, o Irão (por intermédio do Hamas) substituiu-se à Autoridade Palestiniana no fornecimento dos bens sociais mais básicos e vitais para a população.

O Irão e o Hezbollah gerem em comum a *al-Manar*, a poderosa cadeia de TV do Hezbollah, com difusão a nível internacional, e que constitui um poderoso meio de propaganda junto da juventude muçulmana. Através da glorificação dos actos terroristas contra as forças da coligação no Iraque e contra Israel, o regime procura difundir a imagem dos EUA e da coligação como opressores mundiais⁵¹ e amantes da causa sionista.

Os caminhos da al-Qaeda também passam pelo Irão apesar desta considerar os Xiitas (e por acréscimo o regime dos *Ayatollahs* no Irão) uma seita herética, e portanto, ilegítima. Apesar disso, os “puristas” iranianos (adeptos da ortodoxia religiosa) demonstraram no passado alguma flexibilidade doutrinária, o que possibilitou a formação de alianças *ad hoc* com a al-Qaeda.⁵² Desde o 11 de Setembro, o Irão serve de ponto de

48 “Iran Ordered Slaying of Kurdish Leaders: German Prosecutor,” AFP, 27 de Maio de 1993 e Levitt, *op. cit.*, p. 10.

49 Levitt, *op. cit.*, p. 6.

50 “Interpal, Part I”, Special Information Bulletin, Intelligence and Terrorism Information Center at the Center for Special Studies, Israel, Dezembro de 2004 (em http://www.intelligence.org.il/eng/sib/12_04/interpal.htm) e Levitt, *op. cit.*, p. 17.

51 Levitt, *op. cit.*, p. 15.

52 “U.S. Department of State, International Information Programs, “Bush Says Iran Must Contribute to War against Terror, Expresses Hope Iran Will Help Stabilize Afghanistan,” 10 de Janeiro de 2002 e Brzezinski et al., *op. cit.*, p. 25.

passagem e porto de abrigo para os operacionais da al-Qaeda e outros grupos terroristas⁵³ (caso do Hezbollah e Hamas). O território do Irão constitui um ponto de encontro para os jihadistas e um centro decisor para a elite da al-Qaeda.⁵⁴ O relatório da Comissão Parlamentar sobre o 11 de Setembro do Congresso americano, nota “a persistência de contactos entre funcionários de segurança iranianos e importantes figuras da al-Qaeda”. O relatório chamava a atenção para um acordo formal com os Iranianos que permite à al-Qaeda treinar os seus agentes no Irão, em troca do resultado desse treino se destinar a acções “conduzidas essencialmente contra Israel e os Estados Unidos”.⁵⁵ O Irão deu abrigo a figuras de topo da al-Qaeda, como Abu Musab al-Zarqawi,⁵⁶ Saif al-Adel e Saad bin Laden (o filho mais velho de Osama bin Laden).⁵⁷

No mesmo sentido, aquela apontou para a existência de alianças *ad hoc* entre o Hezbollah e a al-Qaeda (em conjugação com outras redes terroristas) em operações de lavagem de dinheiro e outras actividades ilícitas.⁵⁸ No que refere particularmente ao Irão, o mesmo relatório denuncia a persistência de contactos entre os quadros da segurança iraniana (MOIS) e os agentes da al-Qaeda, aos quais foi concedida a possibilidade de receberem treino terrorista no Vale de Bekaa.⁵⁹

Richard Clarke, Conselheiro para a Segurança Nacional dos EUA, afirmou que a al-Qaeda também reforçou os contactos com os grupos radicais islâmicos que, por seu turno, são financiados pelo Irão.⁶⁰

53 Levitt, *op. cit.*, pp. 13-15 e Peter Finn, “Al-Qaeda Deputies Harbored by Iran: Pair are Plotting Attacks, Sources Say”, *Washington Post*, 27 de Agosto de 2002.

54 *The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States* (em <http://www.9-11commission.gov/report/index.htm>).

55 *Id.*

56 Al-Sharq al-Awsat, 1 de Junho de 2003; David E. Kaplan et al., “Run and Gun”, *U.S. News and World Report*, 30 de Setembro de 2002, p. 36.

57 Finn, *op. cit.* e Levitt, *op. cit.*, pp. 14-15.

58 Maurice R. Greenberg, Chair, “Terrorist Financing: Report of an Independent Task Force Sponsored by the Council on Foreign Relations,” The Council on Foreign Relations, Outubro de 2002 (em <http://www.cfr.org/publication.php?id=5080>) e Levitt, *op. cit.*, p. 14.

59 Levitt, *op. cit.*, p. 13.

60 Richard Clarke, “Strategy for Eliminating the Threat from the Jihadist Networks of al Qaeda: Status and Prospects,” National Security Council Memo, Janeiro de 2001 (em <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB147/index.htm>) e Levitt, *op. cit.*, p. 15.

5. A Influência Iraniana no Iraque

Desde o Governo do Xá Pahlevi que as relações com o Estado iraquiano são tensas. O principal litígio entre o Governo do Xá e o então regime de Saddam Hussein relacionava-se com a demarcação da fronteira de Shatt al-Arab (porta fluvial estrategicamente relevante para ambos). Os dois países assinaram um acordo que estabelecia a fronteira na confluência do Tigre e do Eufrates. Todavia, com a queda do Xá e a ascensão da República Islâmica, o Iraque reocupou a província de Khuzestão e reabriu a questão fronteiriça.

Com a ascensão de Khomeini ao poder, o Iraque iniciou uma campanha militar contra Teerão. À parte as considerações políticas (Irão teocrático *vs.* regime secular do Iraque), Bagdade representava o principal obstáculo à afirmação do Irão enquanto potência regional. Isolado por um conjunto de regimes árabes sunitas (liderados pelo Iraque até à invasão do Kuwait) e atacado pelos regimes ocidentais (Europa e EUA), o Irão conheceu a derrota e humilhação.

Apesar das relações de rivalidade que imperaram entre o Irão e o Iraque, o sul do Iraque é considerado o *heartland* do mundo xiita, pois é lá que se encontram as cidades santas de Najaf e de Karbala, centros de devoção e de peregrinação xiita. A isto convém acrescentar o facto das relações transfronteiriças terem persistido ao longo dos tempos (anteriores mesmo ao Império Otomano), o que permitiu inclusive o cruzamento étnico entre persas e árabes: o resultado está hoje presente no Irão e no sul do Iraque, onde os laços de parentesco são comuns. Aliás, os iranianos consideram o Iraque uma extensão natural da Pérsia.⁶¹

Com a queda do Império Otomano e a formação de Estados independentes, as lealdades étnico-religiosas construíram-se em torno dos respectivos Estados-Nação. A título de exemplo, quer os Curdos, quer os Xiitas iraquianos lutaram ao lado do Iraque contra o Irão, passando por cima das lealdades étnicas e religiosas. Consequentemente, a ascensão de um governo iraquiano dominado pelos Xiitas não implica de modo algum uma rendição face aos interesses iranianos, que ainda são vistos como estrangeiros e inimigos.

Com o derrube do regime de Saddam Hussein pela coligação anglo-americana, Teerão enfrenta um novo conjunto de vantagens, mas também de desafios e de vulnerabilidades. No que se refere às vantagens, a deposição de Saddam Hussein

61 ICG, *op. cit.*, p. 2.

permite ao Irão projectar o seu poder regional, favorecer a constituição de um governo iraquiano liderado pelos Xiitas, e desenvolver a tecnologia nuclear, garante da sua sobrevivência numa região marcada pela instabilidade política.

A presença americana na fronteira ocidental, bem como o desmembramento do Iraque, representa, por outro lado, uma ameaça para Teerão, isolado num contexto árabe e anti-xiita. O mau-estar entre os países maioritariamente sunitas, que temem uma nova era de dominação xiita, poderá afectar os interesses de Teerão, uma vez que pode conduzir a uma nova corrida às armas no Médio Oriente e a uma reacção em cadeia contra o Irão. Nas palavras do monarca jordano, Abdullah II, a onda xiita que ameaça difundir-se no Iraque, na Síria, no Líbano e no Golfo, põe em risco os interesses do Ocidente e seus aliados na zona (Arábia Saudita, Jordânia e Emiratos).⁶²

As acções de Teerão irão no sentido de tentar tornar impossível a presença norte-americana no Iraque (segundo o *Ayatollah* Khamenei, a invasão do Iraque tem como sentido apoiar o Estado sionista, absorver os recursos energéticos do Médio Oriente e derrubar os regimes vigentes no Irão, Síria e na Arábia Saudita).⁶³

As prioridades assumidas pelo Irão no futuro Iraque são: assegurar a integridade territorial do Iraque; garantir um governo central forte liderado por uma maioria xiita e fomentar a desordem “controlada” de forma a desacreditar os EUA no Iraque e no Médio Oriente.

Quanto ao primeiro aspecto, o Irão tem todo o interesse em manter a unidade territorial do Iraque, pois a sua secessão poderia acarretar a independência do Curdistão, o qual estaria em condições de aliciar os Curdos Iranianos, provocando dessa forma graves problemas ao Estado iraniano.⁶⁴ Neste âmbito, Teerão tem prosseguido um conjunto de contactos ao nível dos diversos grupos iraquianos (que competem entre si), inclusivamente Xiitas, Curdos e radicais islâmicos, de forma a refrear quaisquer veleidades separatistas.

No que refere aos Xiitas, a sua grande força advém da acção das fundações caritativas e religiosas que providenciam o necessário bem-estar às populações, assegurando a alimentação, educação, saúde e o regresso dos Iraquianos Xiitas, expulsos na conjuntura da guerra Irão-Iraque. Com a desagregação do Estado iraquiano, as populações passaram a depender das organizações políticas fortemente implicadas no esquema de poder

62 ICG, *op. cit.*, p. 1.

63 *Id.*, p. 9.

64 ICG, *op. cit.*, p. 10 e Brzezinski et al., *op. cit.*, p. 28.

iraniano. Os três maiores partidos iraquianos fundados no Irão, o Conselho Supremo da Revolução Islâmica Iraquiana (CSRII), o Al-Da'wa and Al-Da'wa – Tanzim al-Iraq (que obtiveram importantes resultados nas eleições legislativas de Dezembro 2005), mantêm laços privilegiados com Teerão, e estão seriamente apostados na criação de um Estado iraquiano sólido e unido.

No que diz respeito aos Curdos, o Irão tem insistido numa política de expansão das relações económicas com os partidos curdos iraquianos, investindo sobretudo na construção de infra-estruturas e nas telecomunicações.⁶⁵ Com este conjunto de actividades, o Irão pretende, acima de tudo, que um hipotético cenário de guerra civil iraquiano não ponha em risco a sua integridade territorial.

O Irão pretende um governo central forte e liderado pelos Xiitas que inviabilize qualquer deriva secessionista no Iraque e garanta a existência de uma governo amigo a Teerão. Este governo central forte não deverá seguir o modelo teocrático iraniano, pois tal poderia gerar competição ideológica no seio do mundo xiita, enfraquecendo assim as posições hegemónicas de Teerão.⁶⁶ A fim de solidificar o futuro Estado iraquiano, Teerão chamou a si os partidos políticos iraquianos criados no exílio, a fim de garantir a sua vitória nas eleições parlamentares. Os partidos iraquianos xiitas recebem apoio financeiro e propagandístico de Teerão, que, em troca, deseja ter em Bagdade um regime amigo, sólido no poder e sobretudo influenciável.

A principal força política no Iraque, o Conselho Supremo da Revolução Islâmica, é uma criação do regime dos *Ayatollahs*. Na guerra entre 1980 e 1988, o braço armado do Conselho, os Corpos de Badr (responsáveis pela luta armada contra o regime iraquiano), foram treinados e instruídos pelos Guardas Revolucionárias e lutaram ao lado do Irão contra o Iraque.⁶⁷ Embora seja adepto de um Estado teocrático, o Conselho Supremo mostra-se agora favorável a um sistema democrático baseado na representatividade democrática, o que de certa forma vai de encontro às intenções iranianas. Teerão não deseja o aparecimento de um regime capaz de fazer de Najaf o centro do mundo xiita, em detrimento de Qom (no Irão).⁶⁸ Logo, é de esperar que haja um entendimento estreito entre o CSRII e o poder iraniano.

Finalmente, no que respeita ao fomento de uma crise “controlada” no Iraque, Teerão conta com um esquema algo complexo de redes político-sociais geridas por partidos,

65 ICG, *op. cit.*, p. 20.

66 *Id.*, p. 11.

67 ICG, *op. cit.*, p. 15.

68 *Id.*, p. 19.

personalidades dos movimentos insurgentes e grupos terroristas. Esta política é fundamental para Teerão, na medida em que impede os EUA de agir contra os seus interesses e de fomentar uma mudança de regime semelhante à do Iraque.

O caso mais paradigmático de insurgência militar apoiada pelo Irão, é o envio de remessas financeiras e de apoio militar ao exército privado de Muqtada al-Sadr (o Exército do *Mahdi*), uma força religiosa radical xiita que luta contra a ocupação das tropas ocidentais e um regime democrático no Iraque. Enquanto tal, al-Sadr constitui um dos mais graves entraves ao processo de pacificação iraquiano e um dos líderes islâmicos mais radicais no Iraque.

Uma outra organização islâmica radical apoiada pelo Irão é o movimento Ansar al-Islam, uma organização radical salafita formada por Curdos e “Afegãos árabes” que advoga a guerra santa contra o Ocidente e que domina um conjunto de aglomerados populacionais na fronteira Irão-Iraque. Este grupo está na origem de um conjunto de atentados bombistas e assassinatos políticos de dirigentes políticos moderados e mantém contactos com o Gabinete dos Guardas Revolucionários no Curdistão (Qarargah-e Ramezan).⁶⁹ Para além deste contacto “institucionalizado” supõe-se a existência de campos de treino iranianos postos à disposição dos activistas “ansaristas”, na montanha de Dizli, e o hábito de dar refúgio político aos mesmos.

Não restam dúvidas que o Irão procura influenciar de forma determinante o futuro do Iraque. Todavia, há uma série de questões em aberto relacionados com esta estratégia: haverá no Irão força suficiente para se impor a uma população maioritariamente árabe e nacionalista? De que forma é que Teerão pode garantir que os grupos subversivos obedeçam aos seus intentos? Até que ponto a estratégia de “gestão do caos” é passível de controlo?

O Irão não representa a única porta de entrada de armamento e de guerrilheiros⁷⁰ no Iraque, mas sim a Síria, Arábia Saudita e a Jordânia. Desse modo, a influência do Irão resumir-se-á aos partidos iraquianos favoráveis a um bom relacionamento com Teerão.

No que concerne aos movimentos insurgentes, as potencialidades de controlo do regime iraniano são reduzidas e arriscadas. Embora, por exemplo, o radical al-Sadr tenha recebido armas e fundos do Irão, o seu pensamento ultra-nacionalista e anti-persa⁷¹ diminui o alcance da influência e capacidade de controlo pelo Irão e poderá

⁶⁹ *Id.*, p. 20.

⁷⁰ Noventa e cinco por cento dos insurgentes radicais em Falluja eram de origem iraquiana e só 5% eram sunitas árabes.

⁷¹ *Id.*, p. 18.

transformá-lo de aliado em adversário. Por outro lado, a influencia xiita em organizações sunitas como o Ansar al-Islam é residual,⁷² visto que os mesmos consideram os Xiitas hereges (em paralelo com as restantes organizações e células terroristas). Aliás, dado que estes grupos são por natureza hostis aos Xiitas, o Irão poderá ver o seu plano de “crise controlada” fracassar, dando início a uma guerra civil. Neste âmbito, a obsessão iraniana de enfrentar os EUA no Iraque poderá criar problemas sérios ao Irão, que não dispõe de força suficiente para regular de forma independente os fluxos migratórios. Ou seja, caso venha a ocorrer uma guerra civil no Iraque, o Irão não estará em condições de conter toda a massa de refugiados e as reivindicações de um Estado curdo, antecipando dessa forma o desmembramento do próprio Irão.

Globalmente, a invasão do Iraque, que, numa primeira análise, seria prejudicial ao Irão, acabou por ter vários efeitos que directa ou indirectamente beneficiaram o Irão: reforçou a sua influência regional; aumentou o incentivo para prosseguir armas nucleares de forma a deter ameaças que emergiram da nova situação política regional; limitaram a capacidade do Ocidente de pressionar o Irão. A guerra no Iraque também pode ter atrasado as possibilidades de reforma política no Irão, uma vez que a elite política religiosa instrumentalizou a ocupação militar do Iraque e um ambiente de ameaça contra o Irão para travar a reforma do regime.

72 *Id.*, p. 21.